

# HABITAR DOMÉSTICO: NOTAS SOBRE A AMBIÊNCIA NO HABITAR DOMÉSTICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

HOUSEHOLD HABITAT: NOTES ABOUT THE DOMESTIC AMBIENCE IN SHELTERS FOR SOCIALLY VULNERABLE CHILDREN AND ADOLESCENTS

**SAVI, ALINE EYNG**

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina – PósARQ, arquiteta.alinesavi@gmail.com

**DISCHINGER, MARTA**

PhD, Universidade Federal de Santa Catarina – PósARQ, martadischinger@gmail.com

## RESUMO

Ao longo da história social brasileira, a criança e o adolescente foram assistidos com princípios baseados na vigilância e isolamento. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e a lei nº 12.010 de 2009 modificaram esse quadro, criando formas de atendimento como o acolhimento institucional. O modelo não isola, salvaguarda a saúde, educação e moradia; assiste ambos os sexos entre zero e dezoito anos, em processo de adoção ou não, com ou sem família direta ou estendida. Os internos permanecem sob a tutela do Estado até que os motivos da institucionalização sejam sanados. O processo deveria ser transitório, mas leva meses ou anos. A legislação controla esse atendimento, contudo é generalista quanto ao ambiente construído. As edificações utilizadas são alugadas e adaptadas ao uso, sem considerar a ambiência do habitar doméstico. O presente artigo busca, através do aporte teórico, caracterizar a ambiência do habitar doméstico e refletir seus possíveis rebatimentos sobre a situação do acolhimento institucional. Afinal, o ambiente construído influi na adaptação humana, e uma arquitetura não adequada ao usuário pode dificultar a execução de tarefas simples, excluindo ao contrário de incluir. É indiscutível que promover a interação entre espaços, pessoas e atividades pode criar condições para uma vida confortável e facilitada durante o período de institucionalização, permitindo a admissão segura e eficiente no habitar doméstico, além de garantir a inclusão, tão almejada pela legislação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** habitar doméstico; ambiência; acolhimento institucional; crianças e adolescentes.

## ABSTRACT

Throughout Brazilian social history, children and adolescents were assisted with principles based on surveillance and isolation. Approval of the Statute of Children and Adolescents (ECA) in 1990 and Law No. 12,010, 2009 modified the frame, creating forms of care such as residential care. The model does not isolate and safeguard the health, education and housing; assists both sexes between zero and eighteen years old, in the process of adopting or not, with or without direct or extended family. The children remain under the State authority until the reasons for institutionalization are healed. The process should be transitory, but it takes months or years. Laws regulate the service, but they are general regarding the built environment. The buildings are rented, adapted to the use, without considering the ambience of a domestic dwelling. This article seeks, through a theoretical framework, to characterize the ambience of domestic life and to reflect about its potential repercussions on the institutional care situation. After all, the built environment influences human adaptation and an unsuitable architecture regarding the users capacity may increase the difficulties to perform simple tasks, creating exclusion instead of inclusion. It is indisputable that to guarantee interaction between spaces, people and activities may ensure a safer and comfortable life during the institutionalized period, and allow the establishment of a household live ensuring social inclusion, as established by the Brazilian law.

**KEY-WORDS:** household habitat, ambience, institutional shelters, children and adolescents.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o modelo de assistência à infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social passou por modificações com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069 de 1990 e posteriormente, a lei nº 12.010 de 2009. Ambas redefiniram a forma e o local de atendimento passando das grandes instituições com crianças órfãs, carentes, abandonadas e infratoras no mesmo ambiente, para instituições menores, com características particularizadas em

razão dos motivos da institucionalização. Dentre as modalidades criadas, está o “abrigo em entidade”, que em 2009, teve seu nome alterado para “acolhimento institucional”. Esse modelo acolhe crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo de adoção ou não, com ou sem família próxima ou estendida. Não implica em reclusão e salvaguarda o direito à saúde, educação e moradia (BRASIL, 1990; BRASIL, 2009). O motivo para a institucionalização é

variado, mas relaciona-se frequentemente, ao quadro de vulnerabilidade social (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

A legislação brasileira controla a administração desse modelo institucional, mas é generalista e, algumas vezes, incipiente nas reflexões do ambiente construído. Há o artigo 92 do ECA, os Códigos de Obras municipais (referentes à higiene e salubridade) e cartilhas desenvolvidas em âmbito federal. Todos estes documentos são limitados quanto às questões de ambiência e atributos qualitativos, tão importantes para a apropriação e identidade com o ambiente construído, especialmente em instituições que substituem (provisoriamente ou não) a casa, como o acolhimento institucional.

Atualmente as instituições, em sua maioria, ocupam edificações alugadas e adaptadas ao uso; muitas vezes sem ambiência de uma habitação doméstica, em razão da coletividade dos ambientes e das funções administrativas ali realizadas. Registra-se ainda, que muitas delas apresentam dificuldades para atender aos propósitos primordiais, porque enfrentam problemas diversos: de questões administrativas e financeiras à infraestrutura (DE ASSIS; FARIAS, 2013). O resultado desse panorama são ambientes construídos destinados a acolher pessoas em fase de formação moral, social e psicológica, mas que desconsideram completamente a perspectiva dos usuários. Contraria-se então, o aporte teórico acerca da relação homem-ambiente construído que reitera as mais variadas relações de troca entre a pessoa e o ambiente em que vive, de forma que, segundo Fischer (1994), o espaço pode condicionar tanto as relações interpessoais como as relações com o ambiente.

O processo de acolhimento é um momento difícil na vida das crianças e adolescentes, porque eles deixam suas famílias para viverem sob a tutela do Estado. Essa situação deveria ser provisória, mas por diferentes razões, pode levar meses ou anos para terminar – em média de dois anos, segundo De Assis e Farias (2013). As crianças e os adolescentes institucionalizados frequentemente peregrinam entre as casas de origem e as instituições. Algumas passam mais tempo institucionalizadas do que nas suas famílias de origem, de maneira que a instituição pode se transformar na única relação de habitar doméstico que possuem.

Acredita-se que a situação de provisoriedade almejada pela legislação brasileira para o acolhimento institucional, seja um dos motivos para que não haja reflexões mais profundas sobre o ambiente construído dessas instituições. Por outro lado, é

justamente a realidade de longa permanência que justifica a necessidade de estudar a situação também sob esse viés. Portanto, enquanto as mudanças de cunho social não suprem as variáveis da situação de vulnerabilidade que ocasiona o acolhimento, é fundamental refletir sobre o ambiente construído em seus aspectos quantitativos e qualitativos de ambiência, para que as instituições não repitam (mesmo que sem intenção) práticas assistencialistas históricas, com fortes características de reclusão e isolamento. Afinal, se o objetivo estabelecido pelo ECA é de acolhimento individual, em pequenos grupos, este pode estar sendo garantido apenas quantitativamente, não considerando aspectos de qualidade para permitir a vivência como em uma casa, e por consequência, o “sentimento de estar em casa”.

Para alcançar esta concepção do acolhimento institucional, uma das possibilidades é estudar o ambiente construído a partir da sua ambiência, enfatizando as representações materiais e imateriais que fazem parte do habitar doméstico. O estudo das ambiências relaciona os fatores sensíveis do lugar (como sons, cheiros, luzes e cores) e também sensações de privacidade e território (tão presentes no habitar doméstico), além da “sua capacidade de evocar memórias e estabelecer afetos” (DUARTE, 2016, p. 72).

No ambiente construído, a organização das estruturas do arranjo espacial obedece a regras (veladas ou não) para garantir o funcionamento da instituição de acolhimento, e ao mesmo tempo comunicar valores da cultura que os gerou. Essa comunicação não é somente direta, mas se compõe de um conjunto de ações que configuram imagens, representações do comportamento, do espaço e também de sensações, podendo efetivamente acolher, tanto quanto, excluir.

Este artigo é parte de uma tese de Doutorado em elaboração no Programa Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele foi desenvolvido com base no aporte teórico trabalhado e tem como objetivo refletir sobre a ambiência no habitar doméstico e seus possíveis rebatimentos sobre a realidade do acolhimento institucional.

## 2 AMBIÊNCIA: BREVE CONCEITUAÇÃO

A Arquitetura é a arte de projetar e edificar espaços abertos ou fechados, públicos ou privados; em busca do bem-estar, conforto e segurança. Além de sua função primordial de abrigar, os espaços expressam e geram sensações aos seus usuários.

O ambiente onde estamos inseridos, seja ele construído ou não, emite estímulos que podem nos agradar ou desagradar, gerando sensação de desconforto se houver grande disparidade com os limites do nosso corpo. Além disso, a bagagem cultural do indivíduo determinará o que lhe é agradável ou não, pois as escolhas dependem da história de cada um (BESTETTI, 2014, p. 602).

Nesse sentido, o espaço arquitetônico é criado através de um processo de diferenciação e qualificação dos lugares (NORBERG-SCHULZ, 1985). O estabelecimento da dialética interior/exterior é uma ação para dividir o mundo percebido em domínios. O conjunto de qualidades que fazem de um lugar constitui a ambiência desse domínio. Pode-se então dizer, que a ambiência é revelada no processo de apropriação humana do espaço arquitetônico envolvendo a interação recíproca entre ambos, na qual cada o homem age no sentido de moldá-lo segundo suas necessidades e desejos; enquanto o ambiente construído torna-se receptivo. Essa influência mútua entre homem/ambiente construído é a razão pela qual se encontra ou não a identidade onde se vive (MALARD, 1995).

O termo ambiência tem origem do francês *"ambiance"* e pode ser entendido como o meio ambiente composto pelo conjunto de fatores materiais e imateriais do local vivenciado. Segundo Malard (1995), a ambiência ocorre na relação das pessoas com os objetos funcionais e também se encontra nas condições de conforto do ambiente construído. Segundo Augoyard (2007-2008),

A Ambiência é o fundo do sensível porque ela associa o ser que percebe com o objeto percebido. Uma ambiência nasce do encontro entre as propriedades físicas circundantes, minha corporeidade com sua capacidade de sentir, se mover e uma tonalidade afetiva.

Thibaud (2004, p. 354-356) corrobora e completa essa definição:

O sujeito perceptivo está envolto no mundo que ele percebe. A ambiência cria uma forma de tensão no corpo, despertando nossa capacidade de agir. [...] afeta nossa conduta e nosso estado corporal [...] não é apenas sentida. Ela também afeta o movimento. Em outras palavras, a sensibilidade e a mobilidade são duas faces indissociáveis do mesmo fenômeno, sem ser possível conferir primazia de uma sobre a outra.

Cada ambiente construído é constituído cotidianamente por uma ambiência própria, dada por muitos fatores visíveis (materiais) e invisíveis (imateriais) que definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem no local ou o percorrem (ELALI, 2009). Ela é composta por aspectos físicos, culturais, sociais,

de uso e de temporalidade, utilizando-se valores como forma, escala, função, cor, textura, ventilação, temperatura, iluminação e sonoridade (THIBAUD, 2004). Cada um desses atributos compõe o espaço dimensionado e funcional, resultando no ambiente construído e determinando o nível de bem-estar de seus ocupantes. Há, porém, valores que são adquiridos culturalmente, de acordo com a experiência de vida, estabelecendo significados, positivos ou negativos, em relação aos estímulos do ambiente (BESTETTI, 2014). A ambiência seria, então, o fenômeno que resulta do conjunto de todas as qualidades do ambiente construído (Figura 01).

Figura 01 - Resumo do conjunto de fatores da ambiência



Fonte: SAVI (2014).

Nessavisão, as características espaciais que influenciam o comportamento das pessoas não são de análise meramente cartesiana, a partir de condicionantes físicas do ambiente construído. O conceito associa o corpo em movimento, suas expressões motoras, seus percursos sensoriais e cinestésicos e sua capacidade de sentir, sendo influenciado por afetos e sensações na busca de identificação e apropriação com os ambientes construídos (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2010). A ambiência é o que possibilita esse processo comunicativo de identidade e pressupõe o espaço arquitetônico como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos, sendo uma situação construída coletivamente e incluindo as diferentes culturas e valores.

Conseqüentemente, para investigar a ambiência é necessário incluir uma abordagem sensível, com enfoque qualitativo. Afinal, ela funciona como um agente de ligação entre as diversas sensações experimentadas pelos usuários em uma dada situação (PINHEIRO, 2004). Apoiando-se na fenomenologia da percepção, Thibaud (2004) trata do assunto buscando o lugar do corpo na maneira de apreender o mundo, e ressalta que "a

noção de ambiência se inscreve nesta perspectiva de *'embodiment'* para a qual nossas categorias conceituais não são dissociáveis de nossa atividade sensório-motora" (p. 146). Nesse sentido, o conceito aproxima-se da noção de lugar, abordada em pesquisas de Arquitetura, Geografia Humana e Filosofia, que tratam o espaço reconhecido como lugar, e indicam a importância de fatores materiais e imateriais (ambos componentes da ambiência) para esse reconhecimento.

Registra-se, ainda, que a decodificação da ambiência pode ser diferenciada entre os vários tipos de indivíduos. Assim, em pesquisa que investigou pessoas em ambientes extremos e incomuns, Azevedo (2002 *apud* ELALI, 2009) identificou, por exemplo, diferenças entre "safos" (pessoas mais predispostas ou aptas a participar das atividades que ali acontecem, percebendo a ambiência como mais aprazível), e "não-safos" (pessoas menos preparadas e com dificuldade para se adaptarem). Os resultados obtidos demonstraram tanto o papel das características individuais na decodificação do ambiente construído, quanto o papel simbólico assumido por ele.

O estudo da ambiência torna-se, assim, imprescindível para a validação dos discursos pautados na experiência sensível com os ambientes construídos e na produção de projetos igualmente vinculados ao valor humano. Portanto, conforme indicado por Duarte e Pinheiro (2013), as ambiências representam o ambiente arquitetonicamente organizado e animado, que constitui, ao mesmo tempo, um meio físico, estético e psicológico preparado para o exercício de atividades humanas, que, por sua vez, constroem um processo dinâmico de interpretação dos espaços. Neste enquadramento o ambiente construído aparece, como um modelo social de organização da atividade humana, operando ao mesmo tempo como instrumento funcional e contexto cultural. Sob esse ponto de vista, o habitar, tema central desta pesquisa, não equivale apenas ao abrigo, mas à expressão das emoções e da vivência desenvolvida pelo sentimento "de estar e sentir-se em casa", de maneira que, para o desenvolvimento humano sadio, a ambiência do local onde a pessoa habita deve permitir a identificação dessas características e dos diferentes valores a elas associados.

### 3 A AMBIÊNCIA DO HABITAR DOMÉSTICO

A realidade objetiva é modelada pelas "leituras" que as pessoas fazem. Este entendimento marca a diferença entre considerar o ambiente construído

apenas pelas suas representações objetivas ou analisa-lo como elemento maior no contexto, assumindo a influência das diferenças e experiências individuais, bem como das construções sociais de significado. Dessa maneira, o ambiente observado não necessariamente corresponderá ao real e objetivo. Assim, através do olhar do pesquisador, o acolhimento institucional pode ser percebido como uma habitação digna às crianças e adolescentes, porque nela há as condições mínimas para sua habitabilidade; mas na visão dos internos talvez faltem propriedades físicas, que os reportem às suas casas de origem.

Essa visão assume que a pessoa está em interação dinâmica com o ambiente. Homem e ambiente fazem parte de um sistema integrado, cuja compreensão é necessária para o entendimento de quaisquer aspectos dessa relação. Sob essa perspectiva, procura-se compreender os significados da ambiência do habitar doméstico, transcendendo o pragmatismo formal e utilitário de ocupar um ambiente construído. Sabe-se que o habitar surge com a própria existência humana; afinal anterior à arquitetura, habita-se o mundo e o próprio corpo. O ambiente construído, por sua vez, é uma resposta humana a essa necessidade e para a Arquitetura, é o próprio sentido de existência (FELIPPE, 2010).

Conforme Norberg-Schulz (1985, p. 12), mais do que "[...] ter um teto sobre nossas cabeças e um certo número de metros quadrados à nossa disposição"; o habitar deve ser compreendido tanto por suas representações quantitativas a partir do objeto e da ação, quanto por suas representações qualitativas. Assim, para o autor, o ato de habitar uma casa pode ser classificado como uma atividade que implica numa ambiência rica em significados e, por isso, de pertencimento entre o ser humano e um determinado meio, caracterizando-se como "a insolúvel unidade entre vida e lugar" (p. 13).

Habitar constitui o arquétipo mais rico de significados ao ser humano, símbolo de todas as "peles" que o envolvem: o seio materno, a família e o universo. "Estar em casa" significa dispor de uma ambiência que, por um lado, se pode assinalar com uma marca e, por outro, delimita um território inviolável sobre o qual se exerce um direito (FISCHER, 1994). Heidegger (2002) afirma que é na privacidade desse ambiente físico recortado do exterior, que cada pessoa se recolhe para se preservar e se desenvolver. Norberg-Schulz (1985, p. 89) completa: "Uma vez cumprida nossa tarefa

social, nós nos recolhemos de volta em nossas casas para recuperarmos nossa identidade pessoal. A identidade pessoal é, portanto, um componente do habitar doméstico”.

A expressão “minha casa” possui dois condicionantes de ambiência principais: a proteção contra o mundo exterior e o apego a um lugar como fator de identidade. Toda casa é, antes de tudo, uma ambiência no interior da qual o indivíduo se sente protegido; ela representa, portanto, uma espécie de barreira às intromissões externas, porque limita e controla o número de interações e na sua construção, separa-se, assim, o mundo externo – inseguro e ameaçador – do interno – protegido (FISCHER, 1994). É preciso afirmar que não apenas valores positivos estão ligados à ambiência do habitar doméstico. Nesse processo, há ainda aspectos negativos, que se escondem na esfera privada. Acerca disso, Berman (2007, p. 33) afirma que há sempre no ser humano a tentativa desesperada e heroica para que essa vida privada – “[...] infinitamente bela e festiva, mas também infinitamente frágil e precária – seja preservada; ainda que a tentativa possa vir a falhar”.

Apesar da privacidade inerente ao habitar doméstico, Heidegger (2002) e Norberg-Schulz (1985) afirmam não ser possível desconsiderar para análise da ambiência do habitar doméstico a conexão dos papéis assumidos fora do habitar, porque é perceptível nessa relação interior e exterior o contraponto com o que se quer cuidar e preservar. Não há um polo oposto e dissociado, mas uma distinção entre o público e o privado, influenciada pelo contexto sócio cultural em que se convive.

Rapoport (1976) comenta que a avaliação da ambiência do habitar doméstico deve acontecer com a perspectiva das “necessidades básicas” e das questões formais e culturais, envolvendo julgamentos e decisões submetidas ao contexto. Ainda sobre isso, Tuan (1983) completa que a ambiência do habitar doméstico deve ser entendida além do local natural ou físico. A casa, a primeira vista, é um objeto rigidamente geométrico, visível e tangível. Por isso, o primeiro impulso é avaliá-la racionalmente, mas a transposição para o humano ocorre assim que ela é encarada como um espaço de conforto e intimidade. A forma física da casa, com os seus inúmeros refúgios, permite que as lembranças e vivências humanas sejam melhores caracterizadas (BACHELARD, 1998). A casa é, portanto, formada de vários abrigos, encaixados

uns nos outros. Nessa interação dinâmica entre homem e casa, a ambiência do espaço habitado transcende a materialidade geométrica.

Para que a experiência de habitar se conclua, é necessário que o ambiente físico proporcione a ambiência com o cotidiano pessoal. Nesse entendimento, Bollnow (2008) afirma que para se viver “com sossego” nesse “lugar fixo no espaço”, é preciso compreendê-lo não como um “simples ponto”, de onde partem os caminhos para o mundo, mas como um lugar por onde se possa mover despreocupadamente. Heidegger (2002) completa alegando que a paz em que se vive está relacionada com o entorno de domínio habitado, tornando imprescindíveis “o teto e os muros protetores”.

Nessa direção, Norberg-Schulz (1985) ressalta que a ambiência do habitar doméstico acontece quando o espaço é organizado e há uma forma construída. A essa construção, posteriormente, serão atribuídos valores e significados. Ainda sobre a forma física, acredita-se que a ação de habitar representa códigos de usos e funções, os significados e valores partilhados por seus habitantes.

A visão fenomenológica de Bachelard apresenta que por mais variados os tipos, em termos geográficos e etnográficos, de habitar doméstico, em todas as formas há a ambiência de “concha inicial em toda a moradia”; “o germe da felicidade central, segura, imediata” (BACHELARD, 1998, p. 24). A proteção surge com o entendimento de estabelecer limites “visíveis” e “imediatos”. Desenvolvem-se dois conceitos nitidamente separados: o do espaço exterior – “grande, geral” – e o do interior – “privado”. Dessa maneira, o exterior é compreendido como desafiador e o interior como refúgio - seja dos rigores das intempéries, do assédio de quem não se deseja, da agressão física, ou de algo menos concreto, porém não menos invasivo, a vida social (DE CAMARGO, 2007).

Sobre esses valores qualitativos atribuídos aos objetos, não é possível que se mensure quais e como será essa valoração. Ainda que culturalmente se atribua importância aos objetos, é o homem quem dá “alma” e transforma sua identidade. Acerca disso, é importante afirmar que ao longo do tempo, a vivência com o objeto – a casa – também se transforma, atribuindo maior ou menor grau de importância. Passa-se a reconhecer aspectos além do concreto, porque a casa passa a abrigar sonhos, segredos, particularidades (BACHELARD, 1998). Ao longo do tempo até mesmo dos desgastes do



uso se tornam aspectos de valoração (BOLLNOW, 2008). O habitar doméstico torna a ambiência uma espécie de cenário no qual a autoimagem é projetada através de objetos que se controla. “[...] tal como a exploração do *self*, a organização interna da casa está frequentemente em um processo de tornar-se” (MARCUS, 1995, p. 57).

Dentro dessas experiências qualitativas envolvidas na ambiência do habitar doméstico, o próprio cotidiano é importante para o caráter de normalidade. Essa realidade permite compreender a rotina e os territórios como garantidos. Lefèbvre (1991) afirma que o cotidiano parece um conjunto modesto de atividades – se considerado a outras atividades desempenhadas pelo homem, no entanto, constitui uma primeira esfera de sentidos, “movimento composto de variados momentos (necessidade, trabalho, gozo [...], passividade e criatividade [...])”, através do qual, necessariamente, lançamo-nos para realizar o possível ou, “a totalidade dos possíveis” (LEFÈBVRE, 1991, p. 26). Nessa compreensão, o cotidiano é formado pela rotina diária de atividades, no qual o território é invariável, ou pouco alterado. Por isso, Norberg-Schulz (1985) afirma que o cotidiano vivido nas casas representa o que é contínuo na vida.

Neste sentido de segurança, quando as rotinas são rompidas ou eliminadas, há sentimentos de ansiedade (GIDDENS, 2002). A proximidade entre rotina e segurança surge na infância como relevante ao desenvolvimento humano. Dessa maneira, na própria ambiência do habitar doméstico é preciso encontrar acolhimento, segurança para atingir os objetivos e sonhar, além de distanciamento do mundo externo. Tudo isso é encontrado na manutenção da rotina reconhecida.

Acredita-se que a casa possui o caráter essencial de acolhimento, mas também de refugiar significados atribuídos. A “simbiose” das representações quantitativas e qualitativas envolvidas na ambiência dá a esse ambiente construído o papel de restaurador e preparador. O sentimento de “sentir-se em casa” – de identidade com o lugar e de identificação de suas rotinas – é proporcionado também pelo comportamento sócio espacial humano (ELALI, 2009), especialmente pela privacidade e territorialidade, dimensões importantes para a qualidade do lugar e, ao mesmo tempo, representativas dela.

Na visão da Psicologia Ambiental, a privacidade é “[...] o controle seletivo do acesso à intimidade de uma pessoa, ou ao grupo” (ALTMAN, 1980, p. 18),

entendendo por controle seletivo, aquele que permite ou restringe contatos. Ao observar esse controle junto às condições culturais, é possível afirmar que há diferentes formas de praticar a privacidade, pois algumas culturas a necessitam mais do que outras. Gifford (1997) afirma que a privacidade seria um estado de espírito, porque envolve – e até mesmo requer – cortesia, tato, reserva, e respeito diante de uma vida não vedada por paredes. Essas particularidades influenciam a ambiência do habitar doméstico. Por exemplo, nas instituições de acolhimento, a visão do assistencialismo faz com que o entendimento do “sentir-se em casa” seja a manutenção dos internos com segurança física (longe de pais violentos, por exemplo), com alimentação de qualidade e em condições adequadas de higiene. Dessa maneira, o atendimento supre essas necessidades e ignora a necessidade de privacidade e posse sobre espaços e objetos, priorizando o coletivo.

Independente da ambiência é sempre no habitar doméstico que se pode praticar o mínimo de intimidade, atribuindo a esse espaço o caráter privado e confidencial. “Independentemente de toda a ameaça exterior, seria, de fato, a necessidade de estar só, consigo mesmo, o que moveria o homem a se retirar para sua casa e a se fechar nela” (BOLLNOW, 2008, p. 145). Na intimidade, experimenta-se a possibilidade de praticar ações de cunho íntimo sem que haja necessidade de justificá-las. Portanto, o que se faz na privacidade pode ser distinto daquilo que se permite mostrar a outros, de modo que, conforme. Bollnow (2008), o homem adquire duas essências: uma privada e outra pública.

A privacidade não aparece somente na relação interior e exterior. No interior das casas, acontece em relação às pessoas com quem se compartilha o espaço doméstico, havendo controle do espaço e da partilha de informações. Segundo Gifford (1997), as principais reações comportamentais a essas situações têm o caráter de: protesto, expressão da opinião, determinação para permanecer no local apenas o mínimo necessário para concluir as atividades que têm que ser realizadas ali, fuga psicológica ou adaptação, seja pela busca de melhor interação com as outras pessoas, seja pela tentativa de fazer o espaço físico o mais confortável possível.

É importante destacar que há um período de tempo para a pessoa reconheça a ambiência do espaço e com isso, transforme-o em lugar. Tuan (1983) observa que isso não é algo instantâneo, mas um processo

resultante do conjunto singular de experiências, as quais se repetem cotidianamente, de maneira que a permanência no local é importante elemento para a constituição da ideia de lugar, especialmente quando há experiências com os objetos. “Com o tempo uma nova casa deixa de chamar nossa atenção; torna-se confortável e discreta como um velho par de chinelos” (TUAN, 1983, p. 203). Além disso, o autor ressalva que a ausência de determinadas pessoas em um local pode fazê-lo perder aspectos que definem o significado de lugar.

Relph (2004) completa que não considera suficiente a lista de características quantitativas normalmente associadas à ambiência de um espaço para que esse se transforme em lugar. Para o autor, implica também em conceitos qualitativos, de se “estar aqui e não lá; seguro, ao invés de ameaçado; envolvido, ao invés de exposto, à vontade, ao invés de estressado”. Ainda em relação à dialética de Relph, definem-se duas categorias: “*insiderness*” e “*outsiderness*”, relacionadas à questão da ambiência do habitar doméstico.

O *insiderness* existencial: Sentido mais intenso da experiência de lugar, seria a condição de imersão profunda em relação a esse lugar – condição que pode ser relacionada corriqueiramente aos atos de encontrar-se em casa, de estar em meio à própria comunidade e/ou região; ou seja, de se ver inserido em meios relacionados ao sentimento de apego e pertencimento e identidade. [...] O *outsiderness* existencial: Oposto, este conceito refere-se à percepção de estranhamento e alienação (DE CAMARGO, 2007, p. 176).

Dessa maneira, privacidade e território estabelecem com o lugar, um desdobramento da concepção de Heidegger (2002) em relação ao habitar doméstico, porque a casa está centrada na ancoragem através da ambiência com representações quantitativas e qualitativas. Essa casa é conectada através do tempo e da memória dos seus habitantes, onde as regras de privacidade estão livres de filtros culturais, sociais e o território é seu e facilmente identificado, onde há relaxamento e não é necessário um controle.

#### 4 APRESENTANDO E CARACTERIZANDO O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Segundo o último levantamento realizado no Brasil, sobre o serviço de acolhimento institucional, a modalidade possui pouco mais de 52 mil vagas com distribuição irregular no território nacional. A região Sudeste concentra 54% das unidades. O Centro-Oeste e Norte, respectivamente, 6,9% e 3,7%. Na região Nordeste, há 10,1% dos serviços e no Sul, 25,3%. Considerando o porte dos municípios, 30,9%

das instituições situam-se nas cidades de pequeno porte, 12,1% de médio, 33,1% de grande porte e 23,9% em metrópoles (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Em relação à natureza institucional dos serviços, 41,9% são governamentais e 58,1% não governamentais (DE ASSIS; FARIAS, 2013). É possível afirmar que o elevado número de entidades não governamentais, seja reflexo do histórico brasileiro de institucionalização através da caridade. A orientação religiosa é comum nessas entidades. A mais mencionada é a católica (41,9%), seguida pela evangélica (28,1%), ecumênica (21,3%) e de orientação espírita (8,7%) (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Desde a promulgação do ECA preconiza-se o atendimento personalizado e em pequenos grupos mistos. Do total pesquisado, 77,8% oferecem atendimento misto. Outros 22,2% mantêm critérios restritivos ao acolhimento de acordo com o sexo. Verifica-se que 29,9% não atendem crianças e adolescentes com transtornos mentais. Em relação a outros tipos de especificidades, 78% atendem crianças e adolescentes em situação de rua, 61,7% com deficiência física e 55,3% com doenças infectocontagiosas (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Quanto à localização, as unidades, em sua grande maioria, estão em área urbana (90,7%). Relacionado à salubridade, 98,3% das unidades possuem água encanada, 89% estão ligadas à rede de esgoto, 99,6% têm acesso à energia elétrica e 97,1% possuem coleta regular de lixo. Quanto aos espaços físicos das unidades, há, em média, 4,2 pessoas por dormitórios e 3,5 banheiros por pessoa. Quanto à utilização de algum critério para separação dos internos nos dormitórios, 69,9% fazem divisão por sexo; 44% por idade; 5,2% segundo a presença de deficiência e 17,9% por grupos de irmãos. A existência de armários individualizados para as crianças guardarem seus pertences foi observada em pouco mais da metade das unidades (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Após este resumo numérico, pode-se descrever a realidade do acolhimento institucional existente por edificações na maioria adaptadas para esta função, distribuídas em cerca de 100 metros quadrados, onde se objetiva o atendimento emergencial (saúde e alimentação). A arquitetura prioriza a ambiência coletiva para gerir os atendimentos e a organização administrativa. A alimentação, manutenção do vestuário e outras atividades cotidianas são, muitas vezes, realizadas fora da instituição, com recebimento de refeições prontas, por exemplo.

Nas áreas íntimas, os quartos são coletivos, nos quais cada criança identifica apenas a sua cama. Os banheiros geralmente, únicos, são organizados por horários para atenderem a todos. As áreas sociais são o espaço com maior dimensão e utilizados para atividades de brincar, estudar e receber visitantes. Dessa maneira, é comum a ambiência das áreas sociais com muitos brinquedos e outras características do universo infantil, na tentativa de apresentar aos visitantes um ambiente em que vivem crianças e que ali é permitido vivenciar-se o lúdico. No mais, os internos tem pouca identidade com o ambiente, porque ao contrário de um outro habitar doméstico, não é permitido acesso em alguns ambientes (especialmente serviço e inclusive na cozinha). Neste tipo de arranjo os internos, pouco participam da rotina doméstica.

Em síntese, é possível contrapor os elementos da ambiência encontrada no acolhimento institucional brasileiro com os do habitar doméstico e constatar os contrastes, como apresenta o quadro 01. Sobre isso, autores afirmam que o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente para o desenvolvimento humano quando a ambiência é excessivamente padronizada e coletiva, afinal o habitar doméstico é contrário a essas características. Nessa visão, a presença de fatores de ambiência que se distanciam do habitar doméstico fazem com que os próprios objetivos institucionais não sejam alcançados, no que tange servir de moradia provisória (ou não) às crianças e adolescentes.

Assim, pela carência de fatores de ambiência do habitar doméstico, vínculos afetivos e atenção emocional, as crianças e os adolescentes podem apresentar: passividade ou relação conflituosa com as pessoas e o ambiente em que convivem; além de deficiências cognitivas, problemas de integração sensorial, dificuldade em processar a linguagem no ritmo em que é falada e, conseqüentemente, prejuízo no processo de aprendizado.

## 5 REBATIMENTOS TEÓRICOS SOBRE A REALIDADE

O ambiente construído pode aumentar ou diminuir a competência dos usuários na sua apropriação. Quando a ambiência contempla os elementos concretos e subjetivos que compõem o habitar doméstico, os usuários fazem uso das suas capacidades, ao mesmo tempo em que são estimulados a desenvolver habilidades mais complexas, além do nível de desenvolvimento em que estejam. No processo de crescimento e desenvolvimento, há necessidade de domínio do ambiente construído, ao contrário da intimidação. É fundamental liberdade para explorar e testar as próprias habilidades.

Para tanto, a ambiência do habitar doméstico para crianças e adolescentes institucionalizados requer incentivar as experiências de aprendizagem. É necessário que o ambiente construído disponha de complexidade num nível adequado ao

Quadro 01: Representação das diferenças no atendimento institucional e do ambiente familiar.

<b>AMBIÊNCIA INSTITUCIONAL</b>	<b>AMBIÊNCIA DO HABITAR DOMÉSTICO</b>
<b>Ambiente grande e frio;</b>	<b>Ambiente familiar e aconchegante;</b>
<b>Coletivo e massificante;</b>	<b>Individualizado e personalizado;</b>
<b>Horários estabelecidos e majoritariamente rígidos;</b>	<b>Horários flexíveis;</b>
<b>Vestuário geralmente, coletivo;</b>	<b>Vestuário individualizado e apropriado;</b>
<b>Com pouco direito a escolhas e gostos;</b>	<b>Respeito aos gostos e escolhas;</b>
<b>Casos de atraso no desenvolvimento biopsicomotor e Saúde fragilizada</b>	<b>Desenvolvimento adequado;</b>
<b>Dificuldade de ganhar peso;</b>	<b>Aumento de peso;</b>
<b>Linguagem reduzida;</b>	<b>Aumento do vocabulário;</b>
<b>Dificuldade de compreender acontecimentos comuns do cotidiano.</b>	<b>Riqueza nas experiências do cotidiano.</b>

Fonte: adaptação de Carreirão (2004, p. 319).



desenvolvimento e regulado pelos tipos de objetos, espaço disponível, grau de manipulação e curiosidade (TRANCIK; EVANS, 1995). Prescott (1987) completa que para os ambientes construídos exercerem influência positiva no desenvolvimento, é preciso que: desenvolvam a criatividade, haja variação de participação e exploração, e testem o indivíduo, permitindo estimular a fantasia e a iniciativa. Elali (2002, p. 37) reitera a importância da atuação nesse campo

Promover as funções básicas do desenvolvimento como formação da identidade da pessoa, promoção de oportunidades de interação social e privacidade, e encorajamento às competências e aptidões individuais; Reconhecer que o meio físico tem impacto tanto direto quanto simbólico sobre a criança, facilitando e/ou inibindo comportamentos e, sobretudo, comunicando às mesmas as intenções e os valores dos adultos (que, na maioria das ocasiões, são as pessoas que o controlam); Valorizar o contexto sociocultural na análise da relação criança-ambiente, pois há variação individual e cultural no uso e interpretação do meio ambiente; [...].

A ambiência positiva do ambiente construído possui uma diversidade de materiais e equipamentos.

Todos adequados à capacidade e habilidades infantis. A ambiência pode mudar periodicamente, para estimular a curiosidade, provendo elementos de surpresa, novidade e satisfação. Afinal, o ambiente construído é muito mais do que um local para as crianças e os adolescentes exercitarem o organismo físico. É um espaço para promover desenvolvimento social, cognitivo e de linguagem, através do incentivo à exploração sensorial, expressão criativa e apreciação do próprio ambiente construído e do outro.

Na ambiência do habitar doméstico é possível caracterizar os seguintes fatores: a proteção do abrigo; a casa como modelo cultural; e o lar como a reunião dos conceitos anteriores em conjunto com as relações interpessoais da família. Estes conceitos são sobrepostos e compõem o sentido maior da habitação, verificando-se que, conforme sintetizado na Figura 02, em cada um deles a ambiência tem um objetivo: de salvaguardar a sobrevivência no abrigo, a vivência na casa e a convivência no lar.

Figura 02: Representações da ambiência do habitar doméstico.



Fonte: SAVI, 2014.

Na reflexão sobre esses sistemas inseridos na discussão do acolhimento institucional para crianças e adolescentes, que compõem a ambiência do habitar doméstico, o abrigo visa permitir a sobrevivência, no ideal de resistir fisicamente contra as intempéries ou ameaças externas (no caso das instituições de acolhimento, por exemplo: afastar dos pais agressivos). Além disso, visa garantir alimentação e higiene fundamentais para a sobrevivência sadia. A casa tem a ambiência respeitando aspectos culturais e de costumes, compreendendo que vivência é o conhecimento adquirido através da experiência vivida. O lar, por conseguinte, acumula em si todos os fatores de ambiência que caracterizam o abrigo e a casa, além da convivência interpessoal no sentido da vida diária, contínua, íntima e comum.

Ao observar o quadro do acolhimento institucional brasileiro, é possível identificar que a legislação e as práticas caracterizam a instituição como um abrigo. Essa postura repete (mesmo que involuntariamente) a história de assistencialismo brasileiro, que isolou a realidade incomoda da sociedade. O acolhimento institucional caracterizado como abrigo prepara o indivíduo para sobreviver à crise, entendendo-a como provisória. Contudo, os dados comprovam que não há transitoriedade na maioria das histórias, e mesmo se existisse o período da institucionalização não pode ser uma lacuna no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

O ideal seria que o acolhimento institucional proporcionasse um ambiente construído pensado com a ambiência de uma casa, e espaços que permitissem a vivência, o acúmulo de experiências necessárias para o crescimento e desenvolvimento

humano de qualidade. Acredita-se, no entanto, que as instituições dificilmente podem alcançar a caracterização de lar, visto que depende de relações interpessoais mais complexas. Na ambiência de uma casa, por exemplo, seria importante que as crianças e os adolescentes identificassem os usos e as possibilidades do ambiente construído, inclusive definindo seus lugares preferidos, por exemplo: o lugar a mesa, e participando do cotidiano doméstico. As crianças possuem pouca necessidade de privacidade, mas com o crescimento as necessidades aumentam, tanto que a maneira mais comum de permanecer num ambiente, em especial o quarto, é com a porta fechada. Nos quartos compartilhados, realidade comum no acolhimento institucional, isso não é possível ou pouco viável. É importante então, que outras características sejam enfatizadas para amenizar a falta de privacidade, tais como: a personalização do ambiente.

A institucionalização consiste na substituição, provisória ou não, da estrutura física do abrigo e psicológica de possuir uma casa. Para tanto, deve necessariamente e atingir a ambiência de casa, indo além da ambiência mínima de um abrigo. Seus espaços devem oferecer condições para as crianças e adolescentes que ali vão morar, participar e interagir, desenvolvendo novas competências cognitivas e sociais. Para tanto, é fundamental considerar que os ambientes construídos não apenas indicam os papéis que se espera que as pessoas representem, mas também podem dificultar, ou impedir o exercício dos mesmos. Assim, refletir, sobre as qualidades e atributos da ambiência de espaços de acolhimento institucional, é essencial para gerar o conhecimento necessário para atingir na prática as condições de inclusão almejadas pela legislação.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Irwin. *Environment and culture*. New York: Plenum, 1980. 351 p.
- AUGOYARD, Jean-François. La construction des atmosphères quotidiennes: l'ordinaire de la culture. In: *Culture et Recherche* nº 114-115, 2007-2008.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 3. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998. 242 p.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 465 p.
- BESTETTI, Maria Luísa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. In: *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 2014; 17(3): 601-610 p.
- BOLLNOW, Otto Friederich. *O homem e o espaço*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. 326 p.
- BRASIL. *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2009.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. O acesso para todos à cultura e aos museus do Rio de Janeiro. In: *Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, V. 2, 2010, pp. 236-255.

DE ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, 2013. 367p.

DE CARMARGO, Érica Negreiros. *Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. .

DUARTE, Cristiane Rose de S. A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. In: *Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente*. Edição Especial de lançamento, v. 1, n.1, abril, 2016. P. 68 – 74.

DUARTE, Cristiane Rose de S.; PINHEIRO, Ethel. *Imagine uma tarde chuvosa...* pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto. In: *Anais do 6 PROJETAR*. Salvador, nov. 2013.

ELALI, Gleice Azambuja. *Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na Psicologia Ambiental*. In: *Anais do Colóquio Ambiências Compartilhadas*. Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ambientes para educação infantil: um quebra-cabeça? - Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. 2010. In: *Psicologia & Sociedade*, V. 22(2), p.299-308, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326457010>>. Acesso em 10 mar. 2016.

FISCHER, Gustave-Nicolas. *Psicologia social do ambiente*. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233 p.

GIFFORD, Robert. *Environmental Psychology: principles and practice*. 4. ed. Boston: Optimal Books, 1997.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2002. 598 p.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MALARD, Maria Lúcia. *Os objetos do cotidiano e a ambiência*. 1993. In: 2º Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, Anais do 2º ENCAC. Florianópolis: ANTAC, ABERGO, SOBRAC, 1993.

MARCUS, Clare Cooper. *House as a mirror of self: Exploring the Deeper Meaning of Home*. Berkeley: Conari Press, 1995. 320 p.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *The concept of dwelling: On the Way to Figurative Architecture*. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140p.

PINHEIRO, Ethel. *A cidade no fragmento: lugar e poiesis no Largo da Carioca*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ProArq/FAU/UFRJ, 2004.

PRESCOTT, Elizabeth. *The environment as organizer of intent in child-care*. In: WEINSTEIN, C.S.; DAVID, T.G. *Spaces for children: the built environment and child development*. New York: Plenum, 1987. 73-88 p.

RAPOPORT, Amos (org.). *The mutual interaction of people and their built environment: a cross-cultural perspective*. The Hague: Chicago: Mouton, 1976. 505 p.

RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion Ltd., 2004. 174 p.

THIBAUD, Jean-Paul. *O ambiente sensorial das cidades: Para uma abordagem de ambiências urbanas*. In: TASSARA, E. T. O; RABINOVICH, E.P.; GUEDES, M. C. (Eds.) *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: Educ. 2004.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. *Spaces fit for children: Competency in the Design of Daycare Center Environments*. In: *Children's Environments*. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).